

UM ENSAIO SOBRE OS DOCUMENTOS NORMATIVOS E O CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

NOGIKOVSKI Aline¹
MELO Jessica Maria Calixto De²
OLIVEIRA Josmara Maciel De³
MAZEPА Maria⁴
SILVA Suany Talita Gillet Ferreira Da⁵
HALAMA Tamires⁶
MONTEIRO, Mara Rúbia Muniz⁷

RESUMO

O objetivo deste texto é anunciar um ensaio das reflexões de estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto do estágio obrigatório da EJA no curso de Licenciatura em Pedagogia. Anuncia-se uma porção da discussão realizada no contexto da disciplina de estágio da EJA em que foi sistematizado os documentos normativos que orientam o trabalho com a EJA, bem como o histórico da desta modalidade de educação e as contribuições de Paulo Freire para a EJA. Compreende-se que as contribuições de Paulo Freire para a EJA anunciaram inúmeros avanços em relação à superação do analfabetismo no Brasil.

Palavras-chave: Educação. Educação de Jovens e Adultos. Legislação educacional. Paulo Freire.

RESUMEN

El presente texto tiene como objetivo dar a conocer un ensayo sobre las reflexiones de los estudiantes de la Licenciatura en Pedagogía en Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) en el contexto de la pasantía obligatoria de la EJA en la carrera de Licenciatura en Pedagogía. Se da a conocer una parte de la discusión realizada en

¹ Estudiante de Pedagogía UniOpét.

² Estudiante de Pedagogía UniOpét.

³ Estudiante de Pedagogía UniOpét.

⁴ Estudiante de Pedagogía UniOpét.

⁵ Estudiante de Pedagogía UniOpét.

⁶ Estudiante de Pedagogía UniOpét.

⁷ Coordenadora e professora do curso de Licenciatura em Pedagogía UniOpét, doutora em Sociología.

monteiro.mrm@gmail.com

el contexto de la disciplina de pasantía de la EJA, en la que se sistematizaron los documentos normativos que orientan el trabajo con la EJA, así como la historia de este tipo de educación y los aportes de Paulo Freire a la EJA. Se entiende que las contribuciones de Paulo Freire a la EJA anunciaron numerosos avances en la superación del analfabetismo en Brasil.

Palabras clave: Educación. Educación de Jóvenes y Adultos. Legislación educativa. Paulo Freire.

INTRODUÇÃO

A prática pedagógica no contexto do estágio supervisionado representa um importante momento na formação dos futuros profissionais da educação. Sendo este um caminho para a reflexão da teoria hora aprendida ao longo da graduação com sua posterior aplicação prática, levando ao acadêmico levantar hipóteses, perceber as fragilidades e o contato com a realidade para que possa enriquecer suas aprendizagens através do contraste entre a teoria e prática.

Desse modo, o estágio supervisionado, aqui compreendida como uma parte integrante do currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia, está devidamente amparado pelo CNE/CEB nº 01/2006 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura, e prevê em seu artigo 7º sobre a carga horária e as modalidades para o exercício da prática em seus contextos, como por exemplo, a modalidade da Educação de Jovens e Adultos – EJA; e em seu artigo 8º dispõe sobre a finalidade do estágio, sendo essa destinada a “[...] assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências.” (BRASIL, 2006, p. 05).

Visto isso, ao pensar na modalidade da EJA, é fundamental refletir sobre o seu histórico, conhecer seu público e suas intenções, como se dá sua organização, bem como refletir a realidade daqueles alunos que não puderam concluir os estudos em tempo apropriado. Sendo de fundamental importância, trazer as contribuições de Paulo Freire para esse contexto, e dessa forma, oportunizar aos acadêmicos, através da reflexão teórica, uma visão mais abrangente dessa modalidade de ensino, a fim de contribuir criticamente para uma prática pedagógica mais eficiente,

reavaliando suas visões sobre esse contexto, pensar em suas fragilidades e sua dinâmica, como essa ocorre, e levar para discussão dentro de sala, levantar hipóteses, testa-las e assim contribuir para um conhecimento mais significativo, preparando o futuro profissional para o exercício docente.

O presente texto anuncia uma porção da discussão realizada no contexto da disciplina de estágio da EJA em que foi sistematizado os documentos normativos que orientam o trabalho com a EJA, bem como o histórico da desta modalidade de educação e as contribuições de Paulo Freire para a EJA.

EJA – DOCUMENTOS NORMATIVOS E O CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Para conhecer e compreender a modalidade da EJA no Brasil se faz necessário debruçar-se nas políticas educacionais, o contexto social e histórico que envolve esse grupo, suas fases e desafios, o desenvolvimento da própria educação como um todo. Importante mencionar, como ponto de partida, que a EJA tem um papel fundamental na história da educação quanto a libertação do oprimido, condicionado a uma cultura dominante elitizada, que visava a manutenção do status quo. A passagem da EJA, de acordo com Marques (2018) veio para “[...] remodelar, reestruturar e corrigir, uma sociedade moldada por muitos séculos. Moldada na forma do esquecimento, da escravidão, da violência, do autoritarismo e interesses políticos variados, atrelados às mudanças do tempo”. (MARQUES, 2018, p. 11).

Não se pode pensar nessa modalidade de ensino sem pensar no cenário de desigualdades educacionais a qual o país tem como legado. Não somente educacionais como sociais, sendo esse fator determinante que negou direitos e retirou a dignidade de muitos indivíduos. Portanto, a EJA tem como proposta trazer a ideia de reparação histórica, proporcionar a inclusão desses indivíduos, com acesso não somente a educação, mas nos diversos espaços que compõe a sociedade, bem como oferecer qualificação, seja para o ingresso ao nível superior, por uma busca de melhores oportunidades de trabalho, seja para aqueles que desejam, através da alfabetização e do letramento, realizar coisas simples do dia a dia de forma autônoma.

Portanto, é preciso levar em consideração as singularidades do público da EJA, como por exemplo, a idade; motivação; leituras de mundo que já trazem consigo e que deve servir como ponto de partida para os educadores; curiosidades, entre outros. É necessário que o profissional da educação, assim como toda a comunidade escolar, tenha um olhar mais humanizado, compreensivo para esse grupo, pois em muitos casos, se trata de pessoas que foram submetidas ao trabalho desde cedo, impedindo o acesso à educação; deslocamento geográfico; gravidez na adolescência; doença; fatores socioeconômicos entre outros.

Pensar em Educação de Jovens e Adultos é trazer a memória o contexto educacional da época da colonização, em meados de 1549, onde a função educacional nada tinha a ver com caráter acadêmico, e os jesuítas pretendiam a catequização dos indígenas, com conhecimentos religiosos e de aspectos voltados para a agricultura. Já com a chegada da família real, na época do Brasil império, por volta de 1878, a partir do decreto nº 7.031 houve normatização dos cursos elementares, voltados para alfabetização de adultos, do sexo masculino. No entanto, ainda distante de pensar em uma educação que tivesse por objetivo a igualdade, justiça e desenvolvimento social, servia apenas para atender as necessidades de mão de obra para a agricultura e indústria. (MOURA, 2014)

Em meados de 1930, ocorriam aulas noturnas com foco na alfabetização, a fim de que mais pessoas pudessem exercer o direito ao voto, visto que para essa ação somente era permitida a pessoas que soubesse ler e escrever. Na sequência, com a transição entre o período imperial para a República, houve, através do primeiro Plano Nacional de Educação, contido na Constituição Brasileira de 1934, em seu artigo 150 a intenção de colocar o Estado como responsável por garantir uma educação primária gratuita, integral e para todos, tornando assim política nacional.

Os anos de 1940 foram marcados por alguns acontecimentos, onde ocorreram campanhas nacionais voltadas para a população de jovens e adultos, tomando forma de política nacional, como por exemplo o SNEA - Serviço Nacional de educação de Adultos; o CEAA – Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos; bem como o primeiro Congresso Nacional de Educação de Adultos. Ocorrera também a regulamentação do FNEP – Fundo Nacional de Ensino Primário,

que visava oferecer fundos para a manutenção do ensino primário; o CNEA – Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, trazendo cada vez mais para dentro da história da educação visibilidade a poluição de jovens e adultos. Em suma, foi um período que reflete apenas a preocupação com a participação política, mão de obra para atender as demandas de um país em desenvolvimento econômico, portanto, pode ser entendida como um ensino vinculado a uma educação meramente profissionalizante. Nesse entendimento, Moura, 2014 destaca que:

Percebemos no início do século XX, com o desenvolvimento industrial, que a valorização da educação de adultos passou por um processo ainda inibido, pois esse reconhecimento surge a princípio como um sentido de preocupação com o desenvolvimento da sociedade do que com a própria educação do cidadão. (MOURA, 2014, p.04)

No final de 1958 já se destacava o nome de Paulo Freire e os grupos que ele liderava, que trazia uma crítica à educação da época, trazendo debates inerentes a melhores condições de trabalho dos educadores, métodos de ensino contrários a uma educação tradicional e elitizada, onde predominava a reprodução de conhecimentos, a fim de atender as camadas populares brasileiras. E logo na sequência, entre 1958 e 1964, após a segunda Conferência de Educação de Adultos, Paulo Freire liderou a execução do novo Plano de Educação (PNAE), para erradicar o analfabetismo, programa esse que contava com o recrutamento de diversas pessoas para atender a meta de cem mil matrículas, que, no entanto, foi brutalmente interrompido com o golpe militar de 1964. (FRIEDRICH et. al. 2010).

Com os militares no poder, e o fim do programa de alfabetização liderado por Paulo Freire, e com os desafios da alfabetização ainda predominando a sociedade, dá-se início a dois novos movimentos de alfabetização, considerados conservadores e contrários às propostas de Freire, o ABC – Ação Básica Cristã e o MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, que tinha como objetivo alfabetizar de maneira funcional, e seu trabalho estava longe de representar uma educação transformadora, tendo assim um caráter bancário e descontextualizado. De acordo com Mota (2009):

O trabalho pedagógico no MOBRAL, não tinha um caráter crítico e problematizador, sua orientação, supervisão e produção de materiais, era todo centralizado. Assim, este programa criou analfabetos funcionais, ou

seja, pessoas que muitas vezes aprenderam somente a assinar o nome e que não apresentam condições de participar de atividades de leitura e escrita no contexto social em que vivem. (MOTA, 2009, p. 15 *apud* BELEZA; NOGUEIRA, 2020, p.112).

Com isso, o MOBRAL teve seu período de duração entre 1970 a 1985, quando ocorreu a fim da ditadura militar no Brasil. Nesse período, por meio da lei 5692/1971, houve a implantação do Ensino Supletivo, com a oferta para o público de jovens e adultos, tendo por finalidade “suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria” (BRASIL, 1971). O ensino Supletivo veio com uma proposta inicial de algo temporário, para atender a população que precisava de comprovação de conclusão de ensino para o trabalho, no entanto, devido a sua alta procura se consolidou no país. (MOURA, 2014). Nesse período ainda, houve uma ação por parte do Ministério da Educação, chamado de Fundação Educar, substituindo assim o MOBRAL, atuando em conjunto com os municípios, onde pretendia redemocratizar o ensino de jovens e adultos, e sua finalidade “visava a ação de programas de alfabetização e de educação básica para o adulto, seu atendimento dava preferência aos lugares com maior número de jovens e adultos analfabetos”. (MOURA, 2014, p.08).

No entanto, foi somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988 que o estado passa a ter maior compromisso com a EJA, de forma que a educação para esse público passara a ser compreendida para além de uma educação assistencialista. Conforme disposto no artigo 205, a educação passa a ser direito de todos e dever do Estado, devidamente explano em seu capítulo 208 sobre a oferta da EJA, sendo ela destinada àqueles que não puderam concluir os estudos em tempo apropriado (BRASIL, 1988).

Na sequência houve a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/1996, reafirmando a oferta de educação para jovens e adultos, nas etapas de ensino Fundamental e Médio, considerando para essa modalidade de ensino seus interesses, vivencias e necessidades. No artigo 38 estabelece que a oferta da EJA ocorrerá por meio de curso e exames supletivos em consonância com a Base Nacional Comum Curricular, o que garante e viabiliza progressão nos estudos. A lei também faz menção a nova idade mínima considerada para esse público, antes atendida somente a partir de 18 anos para

Ensino Fundamental e 21 anos para Ensino Médio, passando esse atendimento a ser de 15 anos para o Ensino Fundamental e de 18 anos para Ensino Médio. (BRASIL, 1996).

Reafirmando esse direito, realizado pela UNESCO, ocorreu em 1997 a V Conferência Internacional de Educação de jovens e Adultos, destacando a importância dessa modalidade na construção de um mundo igualitário, de justiça e da cultura da paz:

A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça (UNESCO, 1997, p.1).

Com isso, após relatos e experiências sobre a modalidade EJA, o Conselho Nacional de Educação Pública, no ano de 2000, a partir do Parecer nº 11/2000 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos, extingue o uso da nomenclatura supletivo para EJA, e estrutura o documento, destacando a finalidade dessa modalidade, e tem como pontos principais:

[...] O limite etário para o ingresso na EJA (14 anos para o Ensino Fundamental e 17 anos para o Ensino Médio); atribuir à EJA as funções: reparadora, equalizadora e qualificadora; promover a formação dos docentes e contextualizar currículos e metodologias, obedecendo os princípios da Proporção, Equidade e Diferença; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos. (MARQUES, 2018, p.17)

Sobre essas funções da EJA, se faz necessário compreender sua dimensão a que se pretende cada uma delas. Quanto a sua intenção reparadora, já não se trata apenas de proporcionar um ensino para aqueles que não puderam concluir em tempo oportuno, mas sim de reconhecimento de igualdade de todo ser humano e seu direito ao acesso e permanência à uma educação, sendo essa um bem cultural e social, cabendo nesse caso, a escola e educadores, compreenderem em sua totalidade essa função e proporcionar um ensino de qualidade e não apenas assistencialista ou compensatória. Quanto a sua função equalizadora, o sentido

aqui disposto refere-se a possibilidade de inserção do aluno nos mais diversos espaços sociais, aplicando o conhecimento obtido e lhe proporcionando um melhor desenvolvimento pessoal e profissional. Já em sua qualificadora, consiste em compreender o próprio sentido da EJA, de forma que os conhecimentos são atualizados constantemente, em diversos espaços, para toda a vida. FRIEDRICH *et. al.* 2010).

Visando trabalhar em cima da mesma problemática que se seguia no país em relação aos índices de analfabetismo, fora lançado em 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a partir da Lei nº 10.172/2001 o PNE – Plano Nacional de Educação que determinava ações por parte do poder público com colaboração da sociedade civil, com foco em programas que visavam a melhoria da educação, sendo uma das metas erradicar o analfabetismo. O plano traz os dados percentuais de analfabetismo naquela época, que consistia em 16 milhões de brasileiros com idade de 15 anos ou mais. (BRASIL, 2001). Suas principais metas referem-se a:

[...] estabelecer, a partir da aprovação do PNE, programas visando alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em 5 anos e, até o final da década, superar os índices de analfabetismo; assegurar, em 5 anos, a oferta de EJA equivalente às quatro séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade; incluir, a partir da aprovação do PNE, a EJA nas formas de financiamento da educação básica (BRASIL, 2001 *apud* BELEZA; NOGUEIRA, 2020, p.112)

Outros programas foram criados no decorrer dos anos seguintes, com a atuação do então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, com o intuito de ofertar políticas públicas destinada a esse público de forma a melhorar a educação, profissionalização e erradicar o analfabetismo e universalização do Ensino Fundamental, como por exemplo, o Programa Brasil Alfabetizado, realizado de forma conjunta entre as três esferas, Estados, Distrito Federal e Municípios; o Programa Escola de Fábrica, com oferta de formação profissional básica, em conjunto com empresas privadas, com o objetivo de incluir jovens de baixa renda no mercado, disponibilizado para jovens de 15 a 21 anos; o PROJOVEM, com o intuito de possibilitar formação técnica para jovens de 18 a 24 anos para aqueles que não concluíram o Ensino Fundamental; e o PROEJA, com oferta de formação

de nível médio/ técnico para jovens a partir de 18 a 24 anos. (FRIEDRICH et. al. 2010).

A EJA, sendo compreendida em sua dimensão como um direito subjetivo e fundamental a pessoa humana, também tem amparo normativo quanto aqueles que estão excluídos da sociedade e com a sua liberdade restrita, como é o caso dos que cumprem pena em espaços prisionais. A resolução CNE/CEB nº 2/2010 estabelece as Diretrizes Nacionais para oferta de Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade, trazendo em seus parágrafos seguintes sobre a responsabilidade do Estado em parceria com Distrito Federal e Municípios em sua oferta. A normatização dessas Diretrizes também fora resultado de conferencias internacionais de Educação de Adultos, que trouxe para discussão a importância e a necessidade de atendimento educacional a essa parcela da sociedade, reiterando a “[...] preocupação de estimular oportunidades de aprendizagem a todos, em particular, os marginalizados e excluídos”. (BRASIL, 2010, p. 02). O documento ainda reitera, em seus artigos sequentes, que a educação ofertada nesses espaços deve contar com ações que visam a participação da família, inclusão digital, biblioteca, ações que visam valorizar quem exerce alguma atividade de labor; atendimento específico para atender a diversidade dos educandos, considerando a condição social de cada um, gênero, raça, etnia, idade, bem como também visa elevação da escolaridade com a qualificação profissional. (BRASIL, 2010).

As resoluções também trazem pareceres sobre a remissão de pena a partir dos estudos, para aqueles que tem a sua liberdade privada, nos sistemas fechado e semiaberto, em consonância com a lei de execução penal, nº 12.433/2011, artigo 126. Com isso, a Resolução CNE/CEB, nº 4/2016, que trata das Diretrizes Operacionais Nacionais para remissão de pena, estabelece a oferta para a Educação de Jovens e Adultos, Educação técnica e cursos de profissionalização para contribuir na remissão da pena do condenado, podendo esta ocorrer de forma presencial ou EAD. Com isso, de acordo com os parágrafos que se seguem, traz as orientações para que seja documentado e acompanhado pelos alunos as horas de aula; a organização curricular a fim de atender a demanda e a rotatividade, de forma a flexibilizar o ensino; a disponibilidade de espaços físicos adequados para realização de atividades, bem como reforça, em seu artigo 5º, parágrafo II sobre a

necessidade de pesquisas e publicações, o acompanhamento e divulgação dos resultados, campanhas a fim de apresentar, a partir da remissão de pena através da educação, sua importância e o valor da educação para a sociedade. (BRASIL, 2016)

Para atender as especificidades do público da EJA, bem como para a democratização da educação, a Resolução CNE/CEB nº 3/2010 institui as Diretrizes Operacionais quanto ao tempo de duração do curso e sua carga horária e certificação a partir da modalidade EAD, equiparando o ao Ensino presencial. Com isso, passa a ficar a cargo das Instituições no que tange os anos iniciais do ciclo do Ensino Fundamental a organização da sua carga, e a carga horária de 1.600h nos anos finais do E. F, de 1.200h referente ao Ensino Médio, e de 1.200 horas referente aos cursos técnicos integrados a ele. A modalidade da EAD fica restrita apenas aos anos finais do E.F e E.M, sendo essa essencial para possibilitar o acesso à educação para aqueles com limitações espaciais, de tempo, bem como oportunizar a aprendizagem das TIC's. A partir disso, a resolução traz algumas pesquisas realizadas sobre a potência dessa modalidade, onde mencionam as seguintes justificativas:

[...] importância dessa relação, especialmente junto àqueles adultos que não podem frequentar diariamente uma sala de aula e que têm o seu tempo de estudar; outro externou a ideia de que se podem utilizar as tecnologias para errar menos e usar tais mecanismos como troca de experiências, havendo a possibilidade de esses recursos tecnológicos serem utilizados para avançar o processo educacional. (BRASIL, 2010, p. 19)

A resoluções e pareceres normativos também consolida o direito a educação a adolescentes que tiveram medidas aplicadas para atos infracionais, onde a medida máxima conta com a privação da liberdade. (BRASIL, 1990). Com isso, de acordo com a resolução CNE/CEB nº 3/2016 tem garantido àquele adolescente o atendimento escolar, com objetivos o de reinserção social, qualidade de vida, valorização da identidade do adolescente, o combate à discriminação; bem como ações pedagógicas que estejam em consonância com a medida aplicada, visando o desenvolvimento de saberes e competências. (BRASIL, 2016). O documento ainda deixa explícito a importância de os sistemas de ensino efetivar a matrícula

sem qualquer tipo de discriminação, e após a efetivação, passa a ser devidamente articulada ao ensino ofertado na escola antes frequentada. Já para aqueles adolescentes egressos, tem por garantido o acompanhamento educacional pelas instituições antes responsável por eles, bem como deve ser ofertado, em continuidade ou progressão de Educação Profissional ou de outros programas já inseridos. (BRASIL, 2016)

Atualmente, as políticas públicas voltadas para EJA visam elevar o número de matrículas para essa modalidade, assim como visa elevar a taxa de alfabetização de jovens com 15 anos ou mais para 93,5%. (BRASIL, 2014). No entanto, de acordo com o último Censo escolar realizado pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – de 2020, os dados trazidos mostram que houve queda no número de matrícula para EJA; e para a elevação da alfabetização, apesar da leve melhora, o país ainda conta com 11 milhões de analfabetos com mais de 15 anos, o que representa uma taxa de 6,6%, de acordo com o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Com isso, torna-se um desafio para o poder público e sociedade civil, visto que o prazo para zerar o analfabetismo encerra-se em 2024, de acordo com o PNE, Lei nº 13.005/2014.

Dentro da Base Nacional Comum Curricular (2018) a EJA tem seu espaço mencionado como garantia de equidade, dessa forma, observando que seu planejamento deve ter como foco a reparação histórica, não mais como dívida, mas como direito, ofertando uma educação integral para aqueles que tiveram seus direitos negados, reconhecendo a necessidade de adaptação curricular, respeitando seu público e particularidades. Dessa forma, é necessário que o planejamento para essa modalidade esteja em consonância com o significado de diferença e equidade.

No que tange a essa diferença mencionada, representa o reconhecimento e valorização das especificidades que abrange o público EJA, seja por fatores de idade, onde um tem 18, outro 30, outro 60; outros que estão em liberdade assistida, para aqueles que cumprem pena infracional; seja pela bagagem de conhecimentos e opiniões; trabalhadores que chegam cansados, com fome; pai e mãe de família. No que tange a equidade, é necessário oportunizar para EJA condições de aprendizagens igualitárias, de forma a ofertar o acesso a informação e sua

apropriação de forma igual a toda essa diversidade do público de Jovens e Adultos. (LOPES, 2020)

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013) dispõe sobre a flexibilização curricular da educação desse grupo, reforçando o entendimento de reconhecimento da diversidade da EJA e a necessidade de oferta de uma educação de qualidade, destinada especificamente para atender os desafios que essa modalidade de propõe. Seus pontos principais são:

I - rompida a simetria com o ensino regular para crianças e adolescentes, de modo a permitir percursos individualizados e conteúdos significativos para os jovens e adultos; II – provido suporte e atenção individual às diferentes necessidades dos estudantes no processo de aprendizagem, mediante atividades diversificadas; III – valorizada a realização de atividades e vivências socializadoras, culturais, recreativas e esportivas, geradoras de enriquecimento do percurso formativo dos estudantes; IV – desenvolvida a agregação de competências para o trabalho; V – promovida a motivação e orientação permanente dos estudantes, visando à maior participação nas aulas e seu melhor aproveitamento e desempenho; VI – realizada sistematicamente a formação continuada destinada especificamente aos educadores de jovens e adultos. (BRASIL, 2013, p. 40)

Em se tratando da organização curricular e pedagógica da EJA, especificamente no estado do PR, o documento de Gestão Escolar – aspectos legais e pedagógicos, (2017), apresenta um documento orientador para instituição no que tange a organização dessa modalidade. Sobre a frequência mínima obrigatória, o documento informa que sua porcentagem deve ser de 75% da carga horária do período letivo; sua organização curricular é dividida em Áreas do Conhecimento, sendo elas: Língua Portuguesa, matemática e estudos da sociedade e da natureza. No entanto, o Projeto Político Pedagógico das instituições, devem abranger também as disciplinas de “Arte, Educação Física, Ensino Religioso, História do Paraná, História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, conforme as Deliberações nº 01/2006, 04/2006 e 07/2006 do Conselho Estadual de Educação do Paraná” (PARANÁ, 2017, p. 14). O documento ainda orienta a organização pedagógica que deve ser pautada em três eixos orientadores, a saber: Cultura, trabalho e tempo. Para tanto, o documento reitera a necessidade de orientação para os planejamentos, entre equipe coordenadora e educadores, analisando e refletindo as necessidades e relevâncias dos conteúdos para o seu público.

Já para o documento que orienta o currículo de Jovens e adultos no município de Curitiba, está devidamente apresentado no Caderno Pedagógico de unidades Curriculares de transição – 2020 /2021. Esse documento proporciona um novo olhar para os aspectos pedagógicos, considerando o cenário pandêmico o qual o país vivencia, havendo assim a necessidade de discussão e reflexão de como o processo de ensino e aprendizagem deve ocorrer, assegurando um ensino continuo, através de aulas remotas, organizadas em ciclos de aprendizagem. Para as áreas de conhecimentos, essas são organizadas em: Linguagem, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza, articulados em quatro eixos orientadores, sendo eles: Ciências, Cultura, Trabalho e Tempo. (CURITIBA, 2021).

De acordo com o documento, a organização de ciclos da EJA ocorre da seguinte forma:

EJA fase I está estruturada em 1º e 2º períodos que equivalem aos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano): o 1º período correspondente ao Ciclo I (1º, 2º e 3º anos) e o 2º período correspondente ao Ciclo II (4º e 5º anos) dos anos iniciais do Ensino Fundamental. (CURITIBA, 2021, p. 14)

O documento segue orientado sobre a necessidade de os educadores lançar mão de metodologias de ensino inovadoras, a fim de possibilitar o educando de se enxergar como protagonista do processo de ensino e aprendizagem, com ações que visem emancipação e autonomia do alunado, o desenvolvimento de habilidades críticas e criativas, exercendo princípios de valorização da cultura de cada um, bem como suas experiências e conhecimentos, considerando o seu tempo de aprendizagem e como esses se desenvolvem. (CURITIBA, 2021)

Sendo assim, é possível observar os desafios que a educação como um todo passou ao longo da história, tanto quanto a forma que a modalidade da EJA foi enxergada inicialmente, tendo uma proposta voltada para atender a expansão do país, seus interesses políticos e econômicos. No entanto, foi possível observar progressos importantes e que não podem ser desconsiderados, de forma a se ter esperança ao pensar na erradicação do analfabetismo, perceber o quanto essa modalidade é tida como algo importante pelos seus educandos. É preciso refletir as políticas educacionais e problematizar a forma como essa educação vem ocorrendo

nos espaços formativos, suas metodologias de ensino, o preparo do educador frente a esse desafio, o currículo, considerando suas particularidades, a diversidade desse público.

Para isso, se faz necessário tomar como base os conceitos e pensamentos Freireanos, a fim de se pensar em uma educação que humanize as relações entre aluno e conhecimento, aluno e o mundo, de forma contextualizada, pois para o autor, o ato educativo “implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser sujeito de sua própria educação” (FREIRE, 2011, p. 34). Dessa forma, permite o educador incluir seu aluno, tornando possível que este faça parte da construção da sua própria história, exercendo cidadania e assumindo papéis na sociedade.

CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O PERFIL DO PROFESSOR DESSA MODALIDADE

Paulo Freire foi um grande nome na educação Brasileira, e seu legado impacta o ensino no país até hoje, daqueles que buscam uma educação libertária, dialógica e de transformação.

Paulo Freire foi um educador a frente da sua época, ou como alguns autores definem sua proposta de ensino, uma educação para o terceiro mundo, e tinha uma crítica à educação tradicional muito presente no tempo em que atuou, educação a qual ele caracterizou como bancária. As reflexões desse autor influenciam fortemente a alfabetização e o letramento, assim como a educação dos dias atuais; deu visibilidade àqueles que eram excluídos e marginalizados por uma sociedade opressora e dominante, permitindo que suas histórias pudessem protagonizar um enredo de liberação, dignidade, superação a partir da educação, algo que lhes fora negado historicamente. Por isso, suas contribuições devem ser pensadas e debatidas a fim de proporcionar uma educação integral.

Corroborando com esse pensamento, Cardoso; Cerqueira e Aleixo, (2017) enfatizam sobre a necessidade dos educadores se apropriarem dos pensamentos desse autor, pois:

Estudar Freire leva a construir um novo olhar sobre a educação. Aprende-se a refletir sobre a atitude de educadores muitas vezes insatisfeitos, mas curiosos, preocupados com grande parte de alunos que vai à escola, mas que não consegue aprender ou não se sente motivada a fazê-lo. Com ele, percebe-se a importância do amor nas relações pedagógicas, capaz de transformar a vida; a importância da troca, do coletivo, da parceria em educação, o compartilhar com o outro; a intersubjetividade, o diálogo; a humanidade, o respeito ao indivíduo, as suas diferenças e à cultura de cada um. (CARDOSO; CERQUEIRA; ALEIXO, 2017, p.2)

Por isso, pensar no papel do educador frente a modalidade da EJA nos dias atuais, nos remete a vislumbrar o trabalho realizado por Paulo Freire, a forma e as metodologias de ensino para alfabetização de adultos, bem como se dava o plano de Educação Popular. Sua obra mais famosa, a Pedagogia do Oprimido, publicada pela primeira vez em 1970, traduz toda a relação educacional que existiu naquela época e qual ainda, de certa forma, assombra o ensino nos dias de hoje.

A crítica fundamentada em sua obra demonstra, em seus capítulos iniciais dois personagens centrais existentes no processo de ensino e aprendizagem, o opressor e o oprimido, inseridos na sociedade. O opressor, que pode ser pensado naqueles que detinham o poder, o conhecimento acumulado, a dominação, aqueles que pretendiam se valer diante do oprimido, também, caracterizado em sua obra como o “ser menos”, de forma que esse é doutrinado, limitado a aprender de acordo somente com o que lhe é informado, depositado, de forma acrítica, a fim de conformar-se com sua atual posição, sendo aquele que apenas recebe, acumula, sem nenhuma transformação ou práxis. (FREIRE, 2018)

No entanto, Paulo Freire segue explanando sobre essa relação de poder e dominação diante de uma educação tradicional e excluente, e faz uma importante observação ao refletir sobre a violência do opressor, pois destaca que “Quando a educação não é libertária, o sonho do oprimido é se tornar opressor”. (FREIRE, não paginado). Portanto, essa condição pode levar ao oprimido, depois de certo tempo desejar essa posição, tornando um continuo ciclo de relação opressor/oprimido nos mais diferentes espaços da sociedade.

Por isso, pensar em uma educação libertária, como destaca o autor, é o grande segredo para quebrar esse ciclo de opressão. O professor que comprehende a prática pedagógica como instrumento de humanização, transformação, de

propiciação de conhecimentos que trazem significância ao que se aprende é o educador que conseguiu enxergar qual é o papel do oprimido e libertar-se. Pois quando há libertação, tornando-se agora humanizado, seu papel passa a ser a de lutar pela libertação e humanização dos seus alunos e os que estão em sua volta, tornando possível que os próprios alunos enxerguem a contradição que existe nessa relação, e passem se enxergarem nessa posição e se libertem entre si.

Portanto, a partir disso, a educação já não é mais bancária, ou seja, aquela cujo o professor é o único que sabe, e que detém o conhecimento, e onde a máxima que predomina é a de narrar e transmitir conhecimentos, pelo contrário, os conhecimentos de seus alunos, suas vivências e experiências são consideradas, contextualizadas, trazidas para dentro de debates e discussões, oportunizando a inserção dos indivíduos no processo de ensino e aprendizagem, dando a eles a oportunidade de serem protagonistas no processo de construção dos conhecimentos. Com isso, entende-se a concepção da educação cujos princípios são dialógicos e problematizadores, de forma que educador e educandos são parceiros nessa relação entre conhecimento e aprendizagem, um aprende com o outro, e as relações de dominação não tem mais espaços.

A partir disso, refletir na atuação de Paulo Freire no período de 1950 – 1960, e sua metodologia de ensino se faz necessário, a fim de que se possa aplicá-la nas práticas pedagógicas de hoje. Pois, sua metodologia de ensino era pautada em concepções antropológicas que, segundo Gadotti (2015), se referia ao “Ser Curioso”, ou seja, é o ponto primordial para fundamentar as propostas de ensino; “o ser humano como ser inacabado, inconcluso”, que se refere a mediação e a relação entre o educador, o aluno e conhecimento, de forma que um aprende com o outro, considerando que os indivíduos são seres históricos, e o conhecimento nunca se esgota, vai sempre surgindo e moldando os indivíduos.

Segundo Cardoso; Cerqueira e Aleixo, (2017):

É importante refletir e pensar que todo o conteúdo destinado a jovens e adultos parte de que esse aluno possui conhecimento social, que ele não chega à escola ‘vazio’. O professor pode trabalhar com o princípio de que ambos não estão com seus saberes prontos e assim facilitará a troca diária e a construção de novos conhecimentos. O educando está em constante interação e vive em um contexto social em que é produtos de cultura e possui leitura de mundo. Nessa atuação dialógica histórica e cultural, elementos cognitivos são organizados e apropriados em constantes

referências ao que foi vivido e dialogado. CARDOSO; CERQUEIRA; ALEIXO, 2017, p.2)

Portanto, cabe ao professor da EJA conscientizar-se do importante desafio que é atuar com esse público, que seu papel demanda uma constante pesquisa de realidade do seu alunado, devendo espelhar-se para sua prática, conforme o autor Gadotti (2015) cita, sobre os pontos principais que embasavam o método de Paulo Freire, qual seja, a de considerar a leitura de mundo, sendo essa característica predominante da fundamentação do conhecimento a ser construído, ou seja, o que se refere aquilo que o aluno já sabe, o que ele conhece, como ele conhece, suas curiosidades. De acordo com Freire, “a leitura de mundo, é sempre precedida pela palavra” (FREIRE, 1989, p. 8); primeiro se lê o mundo, a cultura dos alunos, para depois a leitura e aprendizagem da palavra, seu significado e contexto; a tematização, que tem como fundamentação em sua obra da Pedagogia do Oprimido, as palavras geradoras, de forma a se conhecer, através de debates e discussões o que faz parte do universo vocabular dos alunos, de forma a valorizar sua cultura e então vir esmiuçando seus conceitos, definições, elencados em uma proposta pedagógica que tem como princípio a dialogicidade.

Com isso, o método de Freire baseia-se em alfabetizar em uma sequência gradativa, a partir das palavras geradoras, após a leitura de mundo que ocorria através de conversas livres e debates, quebrando o ciclo tradicional, trabalhando primeiramente as silabas e depois frases. Um ponto que precisa ser lembrado, do período de alfabetização de Freire, era a forma como as turmas eram chamadas, não sendo apenas alfabetizandos, mas sim, “círculo da Cultura”, tornando essa relação mais humana, de forma que todos ensinavam e aprendiam, não havendo a predominância do “ser mais” nessa relação.

Portanto, esse modelo de educar a partir das trocas de saberes, deixando de lado todo autoritarismo e soberania do educador, reflete aquilo que Freire menciona sobre o mundo não ser algo que se fala em palavras vazias, mas seus sujeitos, com ações progressistas dão espaço a humanização, e por isso, a concepção problematizadora não se pode curvar-se diante do opressor, pois opressores não suportariam ser questionados. (FREIRE, 2018).

Pensar nessa educação progressista perpassa os quatro pilares considerados pela Unesco no que tange uma educação ao longo da vida, que são “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.” (UNESCO, 2010, p.31). Gadotti (2015) aponta que Paulo Freire trazia um quinto elemento para esses pilares, que é fundamental a se pensar em uma educação transformadora, trazendo um caráter político em sua essência, ou seja, o ensino deve ser acompanhado de questões como: Aprender por quê; contra o quê; a favor de quem. Tais questões devem ser norteadoras para se problematizar a educação pública no país, devendo ser esse um processo constante de discussão e pesquisa por parte dos educadores, rompendo com a educação bancária, percebendo suas contradições, assumindo o seu caráter ético e estético, conforme mencionado por Freire em seu documentário (2015) a “[...] a educação enquanto formação humana é um esforço indiscutivelmente ético e estético, pois não há como separar a docência da boniteza”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos sobre a Educação de Jovens e Adultos, é possível compreender a importância das contribuições freirianas para o processo de ensino e aprendizagem, pois permite que o educador reflita a importância do seu papel enquanto agente de transformação em uma sociedade que é dominada pelo poder da elite, que visa a manutenção do status quo e não permite a autonomia na educação.

Compreender o pensamento de Freire para prática educativa atual é um exercício diário de reflexão das ações, pesquisa, consciência do seu papel que deve ser pensado dentro das dimensões éticas, estéticas e políticas, ou seja, é proporcionar uma educação que valoriza a cultura do seu aluno, seu tempo de aprendizagem, levando-os a refletirem as contradições e relações de poder dentro da sociedade, a fim de que possam também se conscientizar, debater e agir de forma crítica em seu meio, exercendo um papel de cidadão.

Com isso, é possível concluir que a educação não se pode mais acontecer fora da compreensão dialógica, que leva a transformação do aluno e da sua

realidade. As metodologias precisam ser repensadas e debatidas a fim de proporcionar um conhecimento que contextualize com as demais áreas do conhecimento, bem como da realidade dos educandos. Pensar em uma educação transformadora e progressista é dever de todo profissional de educação, a fim de excluir as desigualdades, injustiças, e de não permitir a ascensão dos considerados “ser mais” que utilizam da ignorância dos oprimidos como ferramenta de manipulação.

Figura 1 – Tabela de comparação - Educação Bancária X Educação Problematizadora.

Educação bancária (tradicional)	Educação problematizadora (Paulo Freire)
Alunos são passivos em relação ao conhecimento, mero ouvintes, e o professor autoritário.	Conhecimentos dos alunos são valorizados e considerados para o processo de ensino e aprendizagem. Professor é o mediador.
Conhecimento descontextualizado com a realidade do aluno, assimilado de forma acrítica.	Conteúdos são recursos selecionados baseado na leitura de mundo do educando. A aprendizagem leva a práxis.
Conteúdos são transferidos sem reflexão, palavras ocas e vazias, ação antidialógica. Prevalece a sonoridade, e repetição. Trabalho fragmentado no processo de alfabetização.	Conteúdos são debatidos com os educandos, de forma que a aprendizagem acontece na interação entre si. Ação dialógica.
Conhecimento compartimentado, acabado, não gera nenhuma transformação.	Aprendizagem dialoga com as demais áreas do conhecimento, trazendo sentido ao que se aprende e ao que se ensina.
O educando não é considerado como parte do processo de ensino e aprendizagem.	Educando como um ser incompleto, inconcluso, o conhecimento se dá nas relações entre si mediados pelo mundo.
Educando deseja assumir o papel de opressor.	Educação que transforma, e faz com que haja conscientização da relação opressor / oprimido. Logo, há a libertação.

Educando não questiona, não reflete, não há estímulo para a criticidade e criatividade. Aceita o conhecimento dado e se conforma.	O ensino estimula a questionar o mundo, a participação ativa, estimulando a criatividade a fim de encontrar soluções para os problemas na sociedade e na vida.
---	--

Fonte: FREIRE, 2018. Organizado por: Aline Nogikovski; Jessica M. de M. Calixto; Josmara Maciel; Maria Mazepa; Suany T. G. F Silva; Tamires Halama, 2021.

REFERENCIAS

BRASIL. **Lei Nº 5692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa as diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus. Planalto, 1971.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/ CEB nº. 11, de 10 de maio de 2000.** Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jun. 2000.

BRASIL. **Lei Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano de Educação e da outras Providencias. Planalto. Brasília, 2001

BRASIL. **Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Concelho Nacional de educação. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 15 de maio de 2006.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em 14 de ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de maio de 2010.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&Itemid=30192>. Acesso em 17 de ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 3, de 13 de maio de 2016.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41061-rceb003-16-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 18 de ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 3, de 30 de maio de 2016.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=42991-rceb004-16-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 18 de ago. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.433, de 29 de junho de 2011.** Dispõe sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Planalto. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/lei/l12433.htm>. Acesso em: 18 de ago. 2021

BRASIL. **Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em 16 de ago. 2021.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, **Lei Federal 8.069/90, de 13 de julho de 1990,** dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, Brasília, Ministério da Justiça, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 21 de ago. 2021

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 21 de ago. 2021.

BELEZA, Janderlane Oliveira; NOGUEIRA, Eulina Maria Leite. Contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos. **RECH – Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.** Ano 4, Vol. IV, n 2. Jul-dez, 2020, p. 107-126. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/rech/article/view/7958/5665>>. Acesso em 15 de ago. 2021.

CARDOSO, Marcélia A.; Cerqueira, Leonardo M.; ALEIXO, Kézia, M d. D. Percepções no estágio supervisionado de Educação de Jovens e Adultos: vivências na formação docente. Revista Educação Pública. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/17/11/percepes-no-estgio-supervisionado-de-educao-de-jovens-e-adultos-vivncias-na-formao-docente>>. Acesso em: 20 de ago. 2021.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Educação. Superintendência da Gestão Educacional. **Caderno Pedagógico de unidades curriculares de transição – 2020/2021 Educação de Jovens e Adultos.** Curitiba. 2021. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/Caderno%20Pedag%C3%B3gico%20%20EJA%202020%20-%202021.pdf>>. Acesso em 22 de ago. 2021.

FRANCO, David. **Documentário: Paulo Freire Contemporâneo.** Youtube. 53m02. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5y9KMq6G8l8>>. Acesso em: 20 de ago. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 65 ed. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FRIEDRICH, Márcia et al. **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas.** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online]. 2010, v. 18, n. 67, pp. 389-410. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362010000200011>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

GUEDES, Shirlei Terezinha Roman. **A relação teoria e prática no estágio supervisionado.** In. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. 2009. Brasil. Artigo. PUCPR. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/cd2009/pdf/3582_2162.pdf>. Acesso em 14 de set. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar, 2020.** Brasília: MEC, 2021. Disponível em <https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2020/apresentacao_coletiva.pdf>. Acesso em 16 de ago. 2021

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Taxa de analfabetismo no Brasil.** Brasília, 2020. Disponível em:<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-07/taxa-cai-levemente-mas-brasil-ainda-tem-11-milhoes-de-analfabetos>>. Acesso em 16 de ago. 2021

LOPES, Tuany. **Funções da EJA.** Youtube. 16m06. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YfP2GZPLhlw&t=281s>>. Acesso em 21 de ago. 2021.

MARQUES, Poliana de Oliveira. **História da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil: Breves reflexões.** Monografia. João Pessoa. 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11194/1/POM28062018.pdf>>. Acesso em 14 de ago. 2021.

MOURA, Vera L. P da Silva. **Educação de Jovens e Adultos: A contribuições de Paulo Freire.** Curitiba. Artigo. 2014. UniDomBosco. Disponível em: <inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_33_1426693042.pdf>. Acesso em 14 de ago. 2021

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Gestão em foco.** 2017. Curitiba: SEED/PR. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gestao_em_foco/educacao_jovens_adultos_unidade3.pdf>. Acesso em 21 de ago. 2021.

UNESCO. **Declaração de Hamburgo sobre a educação de adultos e plano de ação para o futuro.** In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A EDUCAÇÃO DE ADULTOS, 1997, Hamburgo. Anais... Hamburgo, Alemanha, 1997.

UNESCO. **Relatório da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI.** Brasília, 2010. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por/PDF/109590por.pdf.multip>. Acesso em 21 de ago. 2021.